representando a Secretaria dos Transportes; José Augusto Freire Sobral represeentando a Secretaria de Esportes e Turismo; Luís Takashi Katsutani Prefeito Municipal de Álvares Machado, representante titular do 1º Grupo de Bacias (Aguapeí, Peixe e Pontal do Paranapanema); Clóvis Guimarães Teixeira Coelho Prefeito Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, representante titular do 2º Grupo de Bacias (Médio e Alto Paranapanema); Acauã Rodrigues dos Santos representando o Prefeito Municipal de Guarulhos, representante titular do 3º Grupo de Bacias (Alto Tietê); João Guido Conti Prefeito Municipal de Salto, representante suplente do 4º Grupo de Bacias (Piracicaba, Capivari e Jundiaí); *José Francisco Vieira Prefeito Municipal de Bofete*, representante titular do 5º Grupo de Bacias (Sorocaba e Médio Tietê; Benedicto Sérgio Lencioni Prefeito Municipal de Jacareí, representante titular do 9º Grupo de Bacias *(Paraíba do Sul, Litoral Norte e Mantiqueira); Marcio Luiz* França Gomes Prefeito Municipal de São Vicente, representante titular do 11º Grupo de Bacias (Baixada Santista) e Presidente do CBH-BS; Luiz de Gonzaga Santos Prefeito Municipal de Paraibuna, representante suplente do 9º Grupo de Bacias (Paraíba do Sul, Litoral Norte e Mantiqueira) e Presidente do CBH-PSM; Paul Anton Josef Bannwart Prefeito Municipal de Timburi, representante suplente do 2º Grupo de Bacias (Médio e Alto Paranapanema); Otávio Rechsteiner Maghelly representando a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP; Hugo Marcos Piffer Leme representante da Associação dos Serviços Autônomos Municipais de Água e Esgoto - ASSEMAE; José Eduardo Cavalcante representante do Instituto de Engenharia de São Paulo - IE; José Aurélio Boranga e Lineu Andrade de Almeida representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; Cid Barbosa Lima *Junior representando o Sindicato dos Engenheiros no Estado* de São Paulo - SEESP; Edson Aparecido da Silva representante do Sindicato dos Trabalhadores de Águas, Esgotos e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SINTAEMA; Alexandre Delijaicov representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB-SP; Antônio Francisco da Cunha Secretário Executivo do CBH-ALPA; Claúdio Daher Garcia Secretário Executivo do CBH-BPG; José Luiz Gava Secretário Executivo do CBH-BS; Celso Antônio Perticarrari Secretário Executivo do CBH-PARDO; Luiz Roberto Moretti Secretário Executivo do CBH-PCJ; Emerson Sampieri Burneiko Secretário Executivo do CBH-PP; Ney Akemaru Ikeda Secretário Executivo do CBH-RB; Lupércio Ziroldo Antônio Secretário Executivo dos CBH-SJD e CBH-TB; Jussara L. Carvalho Secretária Executiva e Nobel Penteado de Freitas Vice-Presidente do CBH-SMT; Sarita Vega Scott Secretária Executiva do CBH-TG; Kokei Uehara representante da Universidade de São Paulo - *USP;. Orlando Zuliani Cassetari representando a Companhia.* de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB; José Carlos Karabolad representando a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP; José *Antonio Nunes coordenador* da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA-SMA; Márcia Maria Nogueira Pressinotti representante do Instituto Geológico - IG; Rui Brasil Assis Secretário Executivo do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO e Luiz Fernando Carneseca, Secretário Executivo do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, constatando-se assim a presença de 22 (vinte e dois) conselheiros com direito a voto, havendo portanto quórum necessário para início dos trabalhos.

II - Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Anterior

Iniciando a reunião o Presidente do CRH, Dr. Thame, agradece a presença de todos e consulta os conselheiros se há alguma consideração com *relação à minuta da ata da* reunião anterior encaminhada previamente. Não havendo manifestação, consulta o plenário sobre a necessidade de leitura da ata. Não havendo manifestação, coloca-a em *votação, sendo, então, a ata aprovada por unanimidade.* A seguir convida o Secretário Executivo do CORHI para as comunicações.

III - Comunicações

O Eng.º Carneseca comunica que conforme ficou definido na última reunião do Conselho foi estabelecido, pelo presidente do CRH, o prazo até 03 de março último para que os Comitês de Bacias Hidrográficas encaminhassem suas contribuições para atualização das informações constantes do Relatório Zero Estadual e que, após recebidas pela Secretaria Executiva do CORHI essas informações, o Grupo Técnico do CORHI elaborou nova versão daquele Relatório que encontra-se em fase final de editoração gráfica para publicação e posterior encaminhamento aos integrantes do SIGRH - Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Comunica também que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais - CTAJI do *CRH tem se reunido periódicamente com o objetivo de ana*lisar as propostas de resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que visam regulamentar a Lei Federal de Recursos Hídricos (Lei 9433-97) e que no momento a CTAJI está analisando as propostas referentes ao enquadramento dos corpos d'água, à outorga, aos Planos de Bacias e Plano Nacional de Recursos Hídricos e, ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos; destaca ainda que o Conselho Nacional já aprovou Resolução que estabelece normas para composição e funcionamento dos Comitês de Bacias cujo rio principal seja de domínio da União e que a CTAJI está analisando essa Resolução tendo em vista sua interferência com o funcionamento dos Comitês Estaduais. Salienta ainda que esse *trabalho da CTAJI tem como obje*tivo subsidiar a participação do Presidente do CRH, como conselheiro, nas reuniões do Conselho Nacional. Comunica ainda que nos próximos dias estará sendo publicado Edital *para cadastramento e eleição de entidades representativas* do segmento sociedade civil no CRH, tendo em vista que o mandato dos atuais representantes encerrou-se em 30 de abril último, conforme Regimento Interno do CRH. Na seqüência o Presidente convida o Secretário Executivo do COFEHIDRO para suas comunicações. O Eng.º Rui Brasil informa que há cerca de um mês o COFEHIDRO reunido procedeu a algumas alterações no Manual de Procedimentos do Fundo visando a uma melhoria na operacionalização no processo de liberação de recursos para os projetos aprovados pelos Comitês e que essas alterações, já publicadas em Diário Oficial, foram também remetidas recentemente, via correio eletrônico, a todos os Secretários Executivos dos Comitês; informa *ainda que, em breve, nova reu*nião do COFEHIDRO, estará deliberando sobre a distribuição dos recursos de custeio para os Comitês, recursos esses referentes ao exercício de 2000, e que até o momento *não haviam sido distribuídos por necessidade de reavalia*ção dos critérios de distribuição. Comunica também que outra questão solucionada foi a de prestação de contas das despesas de custeio em função de dúvidas que vinham dificultando sua operacionalização; após reunião do Senhor Presidente do CRH com os Secretários Executivos dos Comitês, realizada no mês de março, o Presidente reuniu-se com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado que, por sua vez colocou à disposição da Secretaria Executiva do COFEHIDRO técnicos daquele TCE para o esclarecimento das dúvidas existentes; assim, o Secretário Executivo do COFEHIDRO, juntamente com o Secretário Executivo do CORHI, a Dra. Suzana, da Secretaria Executiva do COFEHI*DRO, e a consultora jurídica da SRHSO reuniram-se com a* Chefe da Diretoria Técnica do TCE para o esclarecimento do assunto. O resultado desses entendimentos já foi comunicado a todos os responsáveis pelas despesas de custeio possibilitando assim, sem grandes dificuldades, a operacionalização das prestações de contas dessas despesas. Retomando a palavra o Dr. Thame faz algumas observações; a primeira a respeito do projeto de lei sobre a cobrança pelo uso das águas que está tramitando na Assembléia Legislativa do Estado. Relata que uma série de reuniões já foram realizadas em todos os Comitês, faltando apenas 3 ou 4 deles, para se completar essa série; além de uma reunião geral realizada no Instituto de Engenharia com a presença do Senhor Governador do Estado, que fez um depoimento incisivo, oportuno e pertinente, sobre o assunto, solicitando a votação o mais rápido possível do Projeto de Lei. *Informa ainda que dois outros convites para discussão do* tema já estão agendados para este mês, um reunindo toda a Diretoria e os Conselhos Deliberativo e Diretivo do Instituto de Engenharia e outro reunindo as empresas da área de construção civil. A esse respeito diversos contatos têm sido feitos com as lideranças dos partidos políticos visando agilizar a votação do projeto. Paralelamente entendimentos estão sendo feitos com a FIESP que tem feito sugestões no sentido de que algumas salvaguardas sejam colocadas afastando a apreensão de que a cobrança venha a significar algum acréscimo no custo São Paulo porém, a impressão que se tem é a de que esses entendimentos com a FIESP não deverão demorar; além disso entendimentos também estão sendo feitos com os Sindicatos Rurais; três reuniões regionais já foram realizadas com esses sindicatos, e dessa forma imagina-se que se consiga vencer as últimas resistências para que esse projeto possa ser votado *ainda este ano. A segunda observação refere-se a uma* minuta de projeto de lei, cuja cópia foi distribuída aos senhores conselheiros, que permite às entidades da sociedade civil tambem tomarem recursos do FEHIDRO a fundo *perdido. A minuta encontra-se na Casa Civil para análise de* sua Assessoria Técnico Legislativa e após, transformar-se em Projeto de Lei de iniciativa do Executivo para encaminhamento à Assembléia Legislativa; porém, como antes de iniciar-se esta reunião algumas entidades da sociedade civil manifestaram-se pelo interesse em apresentar sugestões para o aprimoramento dessa minuta, o Senhor Presidente do CRH sugere que no prazo de dez dias, a contar desta data, tais sugestões poderão ser encaminhadas e, após analisadas, se pertinentes, serem encaminhadas a Casa Civil para incorporação ao Projeto de Lei.

IV - Apresentações

Na seqüência o Presidente passa para o assunto IV da pauta, convidando então o *Secretário Executivo do CORHI* para relatar o assunto e este por sua vez informa que duas apresentações estão previstas nessa reunião: a primeira a que trata da concepção e implantação de um Sistema de *Informações sobre Recursos Hídricos e a segunda a que* trata dos resultados da elaboração de um programa de Investimentos do Plano Estadual de Recursos Hídricos para o período 2000-2003.

IV.1 - Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos

Inicialmente o Secretário Executivo do CORHI informa que esse projeto vem sendo desenvolvido já há alguns meses e trata-se de um projeto aprovado no âmbito do CORHI com utilização dos recursos de investimentos do FEHIDRO disponibilizados ao CORHI pelo CRH para programas de abrangência estadual. O tomador dos recursos é o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, que contratou a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica - FCTH para desenvolver o projeto, cujo prazo de execução encerra-se nos próximos dois meses. Esclarece que o desenvolvimento do projeto tem contado com a participação ativa dos Comitês de Bacias que em reuniões periódicas com a *equipe técnica da FCTH têm contribuído para o seu desen*volvimento. Esclarece ainda que o objetivo dessa apresentação é o de mostrar o estágio atual do projeto, para que os senhores conselheiros possam tomar conhecimento mais detalhado de seu conteúdo, bem como apresentar considerações para o seu aprimoramento. Passa então a palavra para o Engº Rodolfo Scaratti, da FCTH, para a apresentação. Este por sua vez esclarece que o "Sistema de Informações para o Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH", em desenvolvimento, trata-se de um sistema que busca disponibilizar ao público em geral e aos componentes do Sistema Estadual todas as informações disponíveis no âmbito do Sistema, quer seja a nível central (CRH, CORHI e COFEHIDRO), quer seja a nível regional (Comitês de Bacias). Trata-se portanto de um grande banco de coleta, armazenamento e organização de informações, cujos resultados ou relatórios são exibidos em páginas de WEB. Foi *concebido para ser acessado em rede pública de computa*dores, via Internet pelo endereço www.sigrh.sp.gov.br. O Sistema já está disponível em caráter experimental para os integrantes do Sistema e o público em geral. Nesse sistema os órgãos colegiados introduzem suas próprias informações pois, cada órgão colegiado dispõe de uma área de armazenamento e divulgação de informações, inclusive uma Home Page. A manutenção do Sistema se dará através dos próprios órgãos colegiados que credenciarão, através de senha, agentes, por exemplo os Secretários Executivos dos Comitês, que se responsabilizarão pela alimentação, alteração, complementação das informações. Os demais usuários do sistema não necessitarão de senha para ter acesso às informações porém, sem poder alterá-las. Permite ainda, o Sistema, agilizar a comunicação entre todos os componentes do sistema pois todos os participantes terão acesso ao endereço de uma conta de correio ele*trônico. Além disso, através de "palavra-chave" aciona-se* um sistema de busca das informações pesquisadas. Está incluído, nessa fase do Sistema, um banco de dados hidrometeorológicos contendo os dados da rede hidrométrica do CTH-DAEE, quais sejam dados pluviométricos, fluviométricos, pluviográficos e de regionalização hidrológica; incluiu-se também a consolidação da legislação de recursos hídricos existente no Estado, contendo toda a base legal do Sistema. Está sendo incluído também o Sistema de Informações do FEHIDRO que permite pesquisar todas as informações correspondentes aos projetos em andamento.

IV.2 - Programa de Investimentos do Plano Estadual de Recursos Hídricos *2000-2003*

Retomando a palavra o presidente do CRH, Dr. Thame, esclarece que sobre este assunto já foi feita uma apresentação prévia para os Comitês de Bacias, na cidade de Jaú, no *último dia 18 de abril, quando uma primeira discussão* sobre o tema foi efetuada; passa então a palavra para o Tecnolº Alexandre Liazzi, do DAEE, para a apresentação do Programa. Este por sua vez esclarece que esse trabalho foi desenvolvido por um grupo técnico do CORHI com o apoio de consultoria externa e, faz parte de um conjunto de trabalhos envolvendo os Relatórios Zero dos Comitês, o Relatório Zero Estadual, e o Projeto de Lei do PERH 2000-2003. O Programa de Investimentos define os recursos financeiros necessários para implementar as metas previstas no projeto de Lei do PERH e foi elaborado com a contribuição efetiva de todos os CBHs através de seus respectivos Relatórios Zero e planos de investimentos para cada bacia hidrográfica. Não se trata, porém, de uma *simples agregação dos* pleitos das bacias mas, sim, de um documento de referência para a confecção dos planos de bacias pois, ao longo de seu período de vigência indica as metas globais para o *Estado, estabelece horizontes plurianuais, aponta rumos,* indica prioridades, formula estímulos, gera induções, traduzindo, em termos de propostas de ações, a política de recursos hídricos do Governo do Estado para o quadriênio 2000-2003. Para tanto foram considerados, a partir das demandas de ações, projetos, serviços e obras, três cenários de investimentos, correspondentes aos três níveis de investimentos previstos no Projeto de Lei do Plano Estadual. O Cenário Desejável (Cenário 2) que corresponde à somatória de todas essas demandas, sem restrições de recursos financeiros e estimados para atingir as metas globais para o Estado, no período. Nesse caso estima-se a necessidade de recursos financeiros da ordem de 9.165 milhões de Reais nos próximos quatro anos. O Cenário Piso (Cenário 1) corresponde a uma redução do programa de investimentos do Cenário 2 a valores compatíveis com a *soma dos recursos financeiros já assegurados para o perio*do pelos órgãos integrantes do Sistema, em especial o Estado e os Municípios, para aplicação em programas de recursos hídricos. Nesse caso a necessidade de recursos financeiros estimada é da ordem de 5.180 milhões de Reais. Finalmente, o Cenário Recomendado (Cenário 3) representa uma adição de recursos financeiros ao Cenário Piso, possíveis de serem obtidos a partir de fontes externas de financiamento, representando cerca de 1.840 milhões de Reais em recursos adicionais, totalizando para esse cenário recursos financeiros necessários da ordem de 7.020 milhões de Reais. Desses recursos adicionais cerca de 1.105 milhões de Reais decorrem de projetos de financiamento já em fase de negociação pelo Governo do Estado, os outros cerca de 734 milhões deverão então ser obtidos junto a organismos internacionais. Entende-se que esse aporte de novos recursos financeiros permitirá dar conti*nuidade ao desenvolvimento institucional e à gestão dos* recursos hídricos no Estado; executar obras associadas a programas setoriais em recursos hídricos em todas as UGRHIs, além de superar as restrições do Cenário 1 (investimento piso) mesmo sem conseguir o pleno atingimento de todas as metas globais. Obter esses novos recursos é hoje uma das prioridades da SRHSO. Finalizando sua apresentação o Tecnolº Alexandre informa que o Programa de Investimentos apresentado, com todos os seus detalhes, estará sendo disponibilizado brevemente no Sistema de Informações que foi objeto da apresentação anterior. Na sequência o Dr. Thame observa que a SRHSO está finalizando a preparação de documento para encaminhamento à Secretaria da Fazenda buscando a viabilização desse empréstimo externo, formatado nas normas do Banco Mundial, e assim que essa formatação estiver concluída esse assunto voltará a ser apresentado neste Conselho. Na *sequência o representante do SINTAEMA, Edson, sugere* que o assunto apresentado, em especial os valores necessários para a implementação do Programa, sejam discutidos junto aos Comitês de Bacias. O Dr. Lotufo esclarece que *na realidade* esse trabalho representou uma primeira avaliação das necessidades de recursos financeiros para o setor, algo de que não se dispunha até o momento, e que os valores foram obtidos a partir das demandas oriundas dos Comitês. Esse primeiro numero será reformulado, sem dúvida, na medida em que os Planos de Bacias forem sendo elaborados, só que elaborados a partir de um referencial, que hoje se dispõe, que são os números apresentados. Nessa reformulação, sem dúvida alguma, haverá a participação dos Comitês de Bacias pois são eles os responsáveis pela elaboração dos respectivos Planos de Bacias. Na sequência o Presidente passa ao item V da pauta.

V - Assuntos a deliberar

V.1 - Proposta de composição do grupo de representantes do Estado de São Paulo no acompanhamento do Projeto de Gestão e Proteção do Aqüífero Guarani.

O Geolº. Gerôncio, da SRHSO, inicia o tema fazendo uma rápida exposição sobre a caracterização do Aqüífero Guarani e sua importância para o Estado de São Paulo; aqüífero esse que se estende pelos territórios do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai e, no Brasil pelos territórios dos Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No Estado de São Paulo esse aqüífero estende-se pelos territórios das UGRHIs: Pardo, Piracicaba-Capivari-Jundiaí, Sapucaí-Grande, Mogi-Guaçu, Tietê-Sorocaba, Baixo Pardo-Grande, Tietê-Jacaré, Alto Paranapanema, Turvo-Grande, Tietê-Batalha, Médio Paranapanema, São José dos Dourados, Baixo Tietê, Aguapeí, Peixe e Pontal do *Paranapanema. Dada a sua importância estratégica, por se* constituir uma das reservas de água subterrânea mais importantes do mundo, a Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente -SRH-MMA formulou con*sulta à Organização dos Estados Americanos* - OEA e ao Banco Mundial - BIRD e verificou a possibilidade de realizar um projeto transfronteiriço, para a Proteção Ambiental e Gestão Integrada Sustentável do Aqüífero Guarani, com recursos de doação do GEF - Global Environment Facility. Em reunião realizada em Foz do Iguaçu, nos dias 31de janeiro e 01 de fevereiro do corrente ano, foi elaborado o "Concept Paper" pelos representantes dos países envolvidos. Na ocasião decidiu-se que cada país participará da direção do projeto através de representantes no Conselho Superior de Preparação do Projeto - CSPP. O projeto será elaborado com o apoio da Unidade Central de Preparação do Projeto - UCPP. O prazo de preparação do projeto será *de doze meses, contando-se com a ajuda de recursos dis*ponibilizados pelo GEF da ordem de US$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil dolares americanos), para essa fase, sendo o Banco Mundial o organismo implementador do GEF e a *OEA o organismo facilitador internacional.* A perspectiva de doação posterior será de 10 milhões de dólares americanos, para a execução do projeto proposto. A organização da UCPP se dará através da organização de Unidades Nacionais de Preparação do Projeto - UNPP, em cada um dos países envolvidos. No caso do Brasil a SRH-MMA está organizando a UNPP compondo-a com representantes do Governo Federal e dos oito Estados envolvidos e, para tanto solicita de cada Estado, a designação de representantes de Secretarias de Estado (2), de Universidade (1), de Comitê de Bacia (1) e de Organização Não Governamental (1). No caso das Secretarias de Estado já foram indicados representantes da SRHSO e SMA, restando então indicar*se os representantes dos demais segmentos e propõe-se* então que essa indicação se dê pelo CRH. Para tanto o Geol. Gerôncio relaciona os diversos trabalhos já desenvolvidos no Estado relacionados às águas subterrâneas, res*saltando o imenso acervo técnico existente no Estado* sobre o tema, relaciona também as diversas entidades, do Estado, das Universidades e das entidades não governamentais envolvidas com a questão, lembrando ainda que o CORHI propôs a criação de um fórum estadual de acompanhamento do projeto composto por representantes do CORHI, dos 15 Comitês de Bacias abrangidos pelo Aqüífero Guarani, além de outras entidades envolvidas com a questão. Propõe então que o CRH indique uma entidade do segmento sociedade civil, um comitê de bacia hidrográfica e uma universidade para representar o Estado na UNPP. Após a manifestação de diversos conselheiros e de representantes de comitês e, não havendo consenso sobre a *indicação desses representantes pelos segmentos, decidiu*se que será dado um prazo de 15 dias para que essa indicação seja encaminhada ao Presidente do CRH. Para tanto as entidades deverão reunir-se, nesse prazo, para se formalizar essa indicação, sendo que no caso das entidades da sociedade civil ficou decidido que essa indicação se dará pelo Fórum Estadual de Entidades da Sociedade Civil Integrantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos com a indicação de uma das entidades que compõem o CRH. No caso dos Comitês de Bacias será realizada uma reunião conjunta dos Dirigentes dos 15 Comitês para a indicação do representante. No caso das Universidades foi indicado como representante titular o Geólogo Prof. Dr. Osmar Sineli, da Universidade de São Paulo - USP - Campus de Ribeirão Preto ficando a cargo das demais universidades, UNESP e UNICAMP a indicação do representante suplente. *Na sequência, nada mais havendo a tratar o Presidente* agradece a presença de todos os conselheiros, e encerra a presente reunião.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: JACQUES MARCOVITCH
Rua da Reitoria, 109 - Cidade Universitária - CEP 05508-900
F: 818-4244

REITORIA

Resolução USP-4.808, de 20-12-2000

Altera dispositivos da Resolução 4.801, de 24-11-2000, que dispôs sobre as eleições para a representação discente de graduação e pós-graduação

O Reitor da Universidade de São Paulo, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 19-12-2000, baixa a seguinte resolução:

Artigo 1º - O artigo 10 da Resolução 4.801, de 24-11-2000, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 10 - Os efeitos desta resolução retroagem à data de 23-9-2000, resguardados os direitos adquiridos dos representantes discentes de pós-graduação, eleitos aos 27-9-2000, de acordo com a Portaria GR-3.231/2000".

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Portaria GR-3.253, de 21-12-2000

Altera a Portaria GR-3.094, de 21-11-97

O Reitor da Universidade de São Paulo, nos termos do artigo 42 do Estatuto da USP, e considerando a decisão da Comissão Central de Recursos Humanos, em Sessão de 1º/11/2000, baixa a seguinte portaria:

Artigo 1º - Fica revogada a parte final do artigo 1º da Portaria GR-3.094, de 21/11/97, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - O benefício Auxílio Creche será pago aos servidores que tenham filhos, crianças tuteladas ou legalmente adotadas, até 7 anos de idade, que não estejam *matriculados em nenhuma unidade de creche na USP."*

Artigo 2º - O artigo 5º da citada Portaria GR-3.094/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º - O valor estabelecido no artigo 2º será revisto na mesma proporção e na mesma data em que ocorrer reajuste adotado pelo Cruesp, para os servidores não docentes."

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Despachos do Pró-Reitor de Pós-Graduação comuni*cando as seguintes manifestações do Conselho:*

O Conselho de Pós-Graduação, tendo examinado as peças constantes do Processo 2000.1.1190.1.8, e de acordo com o disposto no artigo 73 do Estatuto resolveu autorizar o funcionamento das opções: "Neurologia Clínica" e "Neurociências" na área de Neurologia, aos níveis de mestrado e doutorado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, o qual deverá reger-se pelas normas fixadas no Regulamento baixado pela Resolução CoPGr-4.531, de 18-3-98. (Republicado por ter saído com incorreções.)

O Conselho de Pós-Graduação, tendo examinado as peças constantes do Processo 2000.1.22319.1.0, e de acordo com o disposto no artigo 73 do Estatuto resolveu autorizar o funcionamento das *Áreas: "Análises Clínicas" e* "Toxicologia" no Programa de Ciências Farmacêuticas, aos níveis de mestrado e doutorado da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, o qual deverá reger-se *pelas normas fixadas no Regulamento baixado pela Reso*lução CoPGr-4.713, de 14-10-99. (Republicado por ter saído com incorreções.)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTE

Comunicado

Estão abertas, no período de 8 a 31-1-2001, das 10 às 20 horas, na Escola de Comunicações e Artes, no Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Bloco *B, as inscrições para candidatos a alunos regulares do* Curso de Pós-Graduação lato sensu "Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas", com um total de 50 vagas. Poderão candidatar-se à seleção portadores de diploma de graduação, em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, nos termos da legislação vigente na Universidade de São Paulo. No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

I. Xerox da carteira de identidade e do CPF;

II. Diploma, registrado, de curso de graduação;

III. Histórico escolar correspondente ao curso de graduação concluído;

IV. Duas fotos 3 x 4;

V. "Curriculum Vitae" documentado;

VI. Comprovante de recolhimento, junto ao CRP, no valor de 20,00.

O processo de seleção será através de:

a) análise do curriculum vitae e da documentação apresentada;

b) entrevista e,

c) interpretação-crítica de texto, em forma de dissertação, com base nos livros: KUNSCH. Margarida M. K. (org.) Obtendo resultados com relações públicas. São Paulo: Pioneira, 1997.

TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégicas, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas. São Paulo, Summus, 1986.

A entrevista e a dissertação serão realizadas nos dias 14 e 15-2-2001.

A homologação dos resultados da seleção caberá à Banca Examinadora e sua divulgação se dará no dia 19-2-2001.

Os candidatos aprovados efetuarão sua matricula no período de 20 a 23-2-2001. O início das aulas será em março de 2001.

O valor total do curso é de R$ 5.400,00 a serem pagos em 12 parcelas. O pagamento da primeira parcela de R$ 450,00 deverá ser realizado no ato da matrícula. As demais parcelas deverão ser pagas mensalmente, no dia 10 de cada mês.